

# **O GUARANI (1857), UM ROMANCE ENTRE O INDIANISMO E A ETNOGRAFIA**

## **O GUARANI (1857), A NOVEL BETWEEN INDIANISM AND ETHNOGRAPHY**

Cristina Ferreira (FURB)

[cris@furb.br](mailto:cris@furb.br)

<https://orcid.org/0000-0002-6878-3473>

Thiago Lenz (UFPR)

[historialenz@gmail.com](mailto:historialenz@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-4550-6577>

**RESUMO:** *A produção literária indianista esteve em constante diálogo com a história, ao referenciar eventos do passado e exaltar a natureza e o indígena. Sob este prisma, José de Alencar (1829–1877) publicou O Guarani (1857), romance que narrou as relações entre o indígena Goitacá Peri e a família portuguesa Mariz no século XVII. Como romance histórico, esteve pautado em uma extensa pesquisa documental, com destaque para o escrutínio do Tratado Descritivo do Brasil em 1587, de Gabriel Soares de Sousa. O objetivo desse estudo é analisar o modo como Alencar se apropriou dos escritores coloniais para a figuração do indígena em O Guarani. Ao mobilizar as crônicas de Soares de Sousa e Simão de Vasconcellos, bem como o texto histórico de Balthazar da Silva Lisboa, Alencar aproximou seu romance da prática histórico-etnográfica oitocentista, utilizando as descrições coloniais dos Tupinambá para parametrizar os hábitos e costumes dos Goitacá e Aimoré, escolha que incidiu na descrição de Peri como um indígena perspicaz e de alta estatura. Esse gesto etnográfico permitiu integrar as populações indígenas do passado colonial brasileiro e inscrever uma cultura escrita pautada na elaboração de uma retórica nacional.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *José de Alencar; literatura brasileira; O Guarani; indígenas.*

**ABSTRACT:** *The Indian literary production was in constant dialogue with history by referencing past events and exalting nature and the Indian. Under this prism, José de Alencar (1829–1877) published O Guarani (1857), a novel that narrated the relationship between the Goitacá Indian Peri and the Portuguese family Mariz in the 17<sup>th</sup> century. As a historical novel,*

*it was based on extensive documentary research, with emphasis on the scrutiny of Gabriel Soares de Sousa's Tratado Descritivo do Brasil em 1587. The objective of this study is to analyze how Alencar appropriated the colonial writers for the figuration of the Indian in O Guarani. By mobilizing the chronicles of Soares de Sousa and Simão de Vasconcellos, as well as the historical text of Balthazar da Silva Lisboa, Alencar brought his novel closer to the 19<sup>th</sup> century historical-ethnographic practice, using the colonial descriptions of the Tupinambá to parameterize the habits and customs of the Goitacá and Aimoré, a choice that had an impact on the description of Peri as a tall and perceptive indigenous man. This ethnographic gesture made it possible to integrate the indigenous populations of Brazil's colonial past and to inscribe a written culture based on the elaboration of a national rhetoric.*

**KEYWORDS:** José de Alencar; Brazilian literature; O Guarani; indigenous.

## **1 Introdução**

No ano de 1836, Domingos José Gonçalves de Magalhães escreveu o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, texto publicado na *Niterói, Revista Brasiliense* e considerado um dos textos fundadores do Romantismo brasileiro. Nesta publicação, propôs que “cada povo tem sua literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto” (MAGALHÃES, 1836, p. 131), perspectiva pautada na esteira de importantes debates letrados suscitados pela eleição da “cor local” como marco da produção escrita nacional.

Textos como o de Gonçalves de Magalhães propunham uma discussão estética e literária vinculada às proposições do francês Ferdinand Denis, cuja compreensão reconhecia a existência de uma literatura conectada ao seu lugar de produção e circulação (CANDIDO, 2002, p. 21). Assim, os letrados românticos enveredaram pelo indianismo na escrita literária, figurando o indígena e a natureza brasileira como elementos de identificação das “terras e das gentes do jovem país em formação” (GONÇALVES, 2014, p. 249).

Do ponto de vista diegético, a figuração do indígena se deu por intermédio do escrutínio da História, solidificando a interpretação do nativo como participante do processo histórico brasileiro, circunstância que o colocava como protagonista de diversos poemas e romances. Para tanto, muitos dos romances publicados no século XIX mantiveram intenso diálogo com a produção historiográfica e etnográfica oitocentista, apropriando-se dos escritores do passado colonial como fontes de informação na constituição das narrativas literárias.

Essa perspectiva analítica se aplica à escrita literária do romancista e político José de Alencar (1829–1877) e o seu romance *O Guarani* (1857), que protagonizou as relações entre o

nativo Goitacá Peri e a família portuguesa Mariz no século XVII, alvo do ataque indígena Aimoré. Escrito a partir do entrecruzamento entre história, etnografia e ficção, evidente no conjunto de referenciais aos cronistas que compõem o paratexto do romance, o objetivo deste artigo é analisar o modo como Alencar se apropriou dos escritores coloniais para a figuração do indígena em *O Guarani*. Para tanto, este estudo tem como problema central a relação entre o gesto da apropriação e a prática da escrita ficcional, assentado sob o entendimento de que o texto “provêm das negociações estabelecidas entre a ordem do discurso que governa a sua escrita, o seu gênero, seu estatuto, e as condições materiais da sua aplicação” (CHARTIER, 2020, p. 28).

Desse modo, o romance indianista pode ser lido a partir da confluência dos procedimentos do romance histórico, uma vez que, ao romancista histórico do século XIX, se colocava como imperioso o escrutínio da época a ser ficcionalizada através de registros históricos, tais como crônicas, relatos de viagem e dicionários. Aspecto que revela o caráter intertextual do romance histórico, calcado na proposição de demonstrar conhecimento sobre a história narrada.

Foi neste sentido que José de Alencar mobilizou o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, do cronista colonial Gabriel Soares de Sousa (1540–1591), texto de grande relevância aos estudos etnográficos como assinalou o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, porque a crônica colonial trazia informações sobre as populações indígenas e a instalação de colônias portuguesas no Brasil, com interesse para a investigação sobre o passado brasileiro. Circunstância que não pode ser desvinculada da apropriação alencariana, visto que o manuscrito foi considerado uma narrativa testemunhal da vida indígena e que asseguraria a verossimilhança às suas personagens, como registrou em nota ao seu *O Guarani*.

## ***2 O Guarani, uma história ficcional do passado colonial brasileiro***

Durante sua vida (1829–1877), José de Alencar escreveu vinte e um romances que abarcaram tematicamente nosso passado colonial e a vida urbana e das fazendas do século XIX. Seu interesse pelo romance pode estar articulado à difusão deste no oitocentos, que data da década de 1830, e como gesto de protesto contra os gêneros ditos clássicos, a exemplo da epopeia. Formado em Direito (1849), habilitação que lhe permitia transitar nas carreiras pública, política, jornalística e jurídica, Alencar rumou para a imprensa com a publicação do folhetim “Ao Correr da Pena” no jornal carioca *Correio Mercantil* (1853). Entretanto, após ter

um de seus textos censurados por sua crítica à especulação financeira e os lucros fáceis, Alencar deixou o jornal, sendo em seguida convidado a assumir a redação do *Diário do Rio de Janeiro*<sup>1</sup> (06/10/1855), considerado, ao lado do *Jornal do Commercio* e do *Correio Mercantil*, um dos três jornais mais importantes da Corte (MOLINA, 2015). Foi ali que Alencar publicou seu “primeiro livro, se tal nome cabe a um folheto de 60 páginas” (ALENCAR, 1893, p. 42), intitulado *Cinco Minutos* (1856).

No ano seguinte, publicou o romance histórico *O Guarani*, marcado por dispositivos narrativos assentados na cor local, tal qual a introdução de termos tupi-guarani na constituição de textos ficcionais com o objetivo de caracterizar uma escrita brasileira. Como exemplo, para além da referência ao próprio título do romance, a alcunha da protagonista foi derivada da língua indígena, como bem anotou o romancista na nota Ceci: “É um verbo da língua guarani que significa magoar, doer. Poucas palavras se encontram na nossa língua mais suaves e melodiosas do que esta” (ALENCAR, 1857, n. p.) Discordando, portanto, da tese que sustentava como elemento de diferenciação literária a língua e não a terra, caso do médico José Gama e Castro, que compreendida que qualquer texto redigido em português pertenceria à literatura portuguesa (LIMA, 2009, p. 419).

Elaborado em meio à “intensa labuta” (MENEZES, 1965, p. 133) no *Diário do Rio de Janeiro*, *O Guarani* ocupou o rodapé do periódico durante 52 edições, entre 1º de janeiro e 20 de abril de 1857, e foi impresso como livro no mesmo ano pela *Empresa Nacional do Diário*, com tiragem de mil exemplares (ALENCAR, 1893, p. 48). Nesse contexto, a proporção de folhetins publicados em livro era pequena, porque sua impressão dependia da iniciativa de editoras de jornais ou a pedido e custeio do autor, a exemplo de Alencar, que para ter um livro publicado, precisou “vender a propriedade de suas obras ou [...] editá-las com seus próprios recursos” (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 20). Tal circunstância foi modificada com a instalação da editora francesa Garnier no Brasil em meados do século XIX, responsável pela ampliação da impressão de romances nacionais (HALLEWELL, 2005) e pela republicação de *O Guarani* em 1863 (segunda e terceira edição).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Alencar publicou no *Diário do Rio de Janeiro* críticas ao poema *A Confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães, no formato de cartas abertas. Em estudo recente, Cristina Ferreira e Thiago Lenz, problematizaram a relação entre a escrita de *O Guarani* e as missivas críticas, concluindo que o romancista “não deu conta de realizar uma narrativa romântica capaz de escapar às próprias armadilhas criticadas por ele nas cartas assinadas sob o pseudônimo Ig”, circunstância que complexifica o debate na historiografia literária (2019, p. 231).

<sup>2</sup> A Editora Garnier e José de Alencar firmaram um contrato em fins de 1863, e nele o editor adquiria o direito de impressão de quase todas as obras de Alencar. Fato que se repetiu em 1870, quando vendeu a propriedade de *O Guarani*, *Lucíola*, *Cinco Minutos* e *A Viúvinha* ao mesmo editor, no valor de “cem contos de réis” sob a condição de receber um exemplar de cada edição publicada. Apesar da compra de *O Guarani* pela Garnier, o romance

Publicado também na Alemanha (1876)<sup>3</sup> e em Portugal (1885), o enredo do romance se desenvolveu às margens do Rio Paquequer, Rio de Janeiro, em princípios do século XVII, na sesmaria pertencente ao fidalgo português Dom Antônio de Mariz. O narrador afirmou que Dom Antônio, juntamente com sua esposa D. Lauriana e seus três filhos, D. Diogo, Cecília, Isabel (filha de D. Antônio com uma índia, considerada no romance como sobrinha), se dirigiram àquela região após o trono português ser tomado pela Espanha, sob a justificativa de manterem-se leais ao rei de Portugal (ALENCAR, Primeira Parte, 1857, p. 11–12). Após se estabelecerem, os lusos passaram a se relacionar com Peri, índio do povo Goitacá que abandonou sua taba para proteger Cecília. O protagonismo de Peri se deu em meio aos auxílios prestados à família Mariz, em especial contra o ataque Aimoré, motivado pelo fato de D. Diogo acidentalmente ter alvejado uma índia Aimoré durante uma caçada. Em meio ao conflito, Peri sugeriu ao fidalgo que procurasse o auxílio do povo Goitacá. No entanto, D. Antônio negou, afirmando que essa atitude feriria a honra de um fidalgo português, porém, pediu ao indígena a salvação de Cecília, desde que ele aceitasse o cristianismo. Em um breve “batismo” (ALENCAR, Quarta Parte, 1857, p. 103), mediado por D. Antônio, Peri se converteu à fé cristã e salvou Cecília da morte que acometeu seus familiares, decidindo, a partir de então, viver com Peri entre a flora e a fauna que margeava o rio Paquequer.

A decisão da jovem portuguesa, para além de evocar uma cena sentimental aos moldes românticos, suscita sua filiação à tese da miscigenação que circulava no ambiente letrado oitocentista. Proposta alicerçada nas pesquisas empreendidas por Carl Friedrich von Martius e publicizada por meio da sua premiada tese “Como se deve escrever a história do Brasil”. Nela, von Martius defendia que “qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, [...] jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem.” Assim, sustentava que acorreram para a formação brasileira o amálgama das “três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica” (MARTIUS, (1844) 1973, p. 381–382).

Por outro lado, Alencar excluiu os negros da formação histórica brasileira no romance *O Guarani*. Esse apagamento não pode ser desvinculado dos debates raciais oitocentistas, que

---

também foi publicado pela editora Empresa Democrática Editora a partir da década de 1880, totalizando nove edições no século XIX, sendo que cinco delas foram realizadas pela Garnier (1863, 1864, 1872, 1883 e 1889). (Cf. FILHO, 1979, p. 118; ALENCAR, 1870).

<sup>3</sup> Além do alemão, *O Guarani* também circulou com traduções para a língua italiana (1864), inglesa (1893), e como folhetim em francês nos anos 1863, 1870 e 1885, e no formato integral de livro no mesmo país em 1902 (BEZERRA, 2019).

compreendiam a população negra como fator de detração ao progresso da nação, ao contrário do indígena, a quem caberia a possibilidade de “galgar os degraus da civilização” (SCHWARCZ, 1993, p. 112), como assinalou Von Martius e também o poeta Antônio Gonçalves Dias, quando este afirmou que os nativos eram “aptos para formar um povo esclarecido” (DIAS, 1867, p. 192).<sup>4</sup> Logo, caberia ao branco o papel de elemento civilizador do indígena, interpretado no romance por Cecília, que desejava tornar Peri um “cavalheiro como [s]eu irmão D. Diogo e o Sr. Álvaro” (ALENCAR, Segunda Parte, 1857, p. 175), além do aspecto religioso: “eu te ensinarei a conhecer Deus, Nossa Senhora, as suas virgens e os seus anjinhos. Tu rezarás comigo” (ALENCAR, Quarta Parte, 1857, p. 141).

Nesse sentido, Alencar harmonizou as diferenças, sem agudizar os conflitos (BASTOS, 2012, p. 60) entre europeus e indígenas, no afã de poetizar e fomentar o “advento de uma nova ‘raça’ brasileira” (ENDERS, 2014, p. 100), por meio da união entre o índio e os portugueses, evidenciada pela decisão de Cecília de permanecer ao lado de Peri. Essa interpretação estava alicerçada nas narrativas da lenda de Tamandaré por Peri, ou a história do “Noé indígena” (ALENCAR, Quarta Parte, 1857, p. IV). A inserção de Tamandaré em *O Guarani* não cumpria a finalidade de afirmar a antiguidade da ocupação de um território, mas sim o início de uma ocupação: Cecília e Peri representariam Tamandaré e sua esposa, adequando o mito indígena na interpretação romântica das origens da nação brasileira. Compreensão solidificada por meio da publicação de “Benção Paterna” (1872), onde Alencar escreveu representar *O Guarani* “o consórcio do povo invasor com a terra americana” (ALENCAR, 1872, p. XIII).

O cenário narrado em *O Guarani* foi fundamental para sua circulação. A exaltação da natureza e o protagonismo indígena foram considerados pelo Visconde de Taunay uma “verdadeira novidade emocional”, atraindo também leitores de outras províncias, como São Paulo, onde estudantes reuniam-se para ouvir a leitura dos fascículos no *Diário do Rio de Janeiro* (TAUNAY, 1923, p. 85–86). Provavelmente as opiniões favoráveis e a exaltação da paisagem nacional contribuíram para que o maestro Carlos Gomes adaptasse o romance para a ópera em 1870. Sob o financiamento de D. Pedro II, a adaptação foi motivada pelo interesse em expressar aspectos originais do Brasil na música romântica, simbolizando o indígena como personagem central de *O Guarani*. O libreto foi finalizado em Florença (SEMANA, 1868, p.

---

<sup>4</sup> A defesa da integração indígena já era debatida no começo do século XIX, a exemplo de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763–1838) e o seu *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*, apresentado para a Assembleia Constituinte no ano de 1823, onde defendia o direito “dos índios sobre as terras que ocupavam” (MOREIRA, 2010, p. 57).

3107) e sua estreia aconteceu em 19 de março de 1870 em Milão e, no Brasil, no dia 2 de dezembro, em homenagem ao aniversário do Imperador no Teatro Lírico Fluminense (DIÁRIO, 1870, p. 04).

Segundo o relato de Affonso de Taunay, o romancista não apreciou a adaptação do romance para a ópera, pois Cecília foi obrigada a “cantar duetos com o cacique dos Aimorés, que lhe oferece o trono da sua tribo”, cenas inexistentes em *O Guarani*. Porém, Taunay anotou que Alencar desculpou as modificações do libreto, “porque daqui a tempos, por causa talvez das suas espontâneas e inspiradas harmonias, não poucos hão de ir ler esse livro, senão relê-lo – o maior favor que pode merecer um autor” (TAUNAY, 1923, p. 87). Mudança de opinião que pode estar atrelada às “ovações populares” direcionadas ao romancista após o espetáculo, quando diversas pessoas se dirigiram à sua casa, saudando-o com discursos e aclamações de poemas (JUNIOR, 1870, p. 01), além do sucesso de uma obra musical brasileira no exterior. Essas circunstâncias modificaram seu pensamento em relação à “conspiração do silêncio”, expressão referente às incertezas que Alencar possuía sobre a permanência de seu nome no campo das letras, como testemunhou Machado de Assis (ASSIS, 1994). Isso permite compreender que a obra literária não tem um sentido estático, pois seu processo de significação se constrói por meio da confluência das “formas de sua inscrição”, circulação e o modo como ele é apropriado e interpretado pelos leitores (CHARTIER, 2022, p. 314), circunstância que reitera a autonomia da recepção dos textos.

Diante disso, o português Manoel Pinheiro Chagas afirmou que Alencar abriu “um novo e desconhecido horizonte aos poetas e romancistas” (CHAGAS, 1867, p. 216) brasileiros, especialmente por ter lançado em seus escritos elementos da natureza e o indígena, na tentativa de, nas palavras de Silvio Romero, “dar cores próprias à nossa literatura” (1888, t. II, p. 853) por meio do indianismo e do destaque às belezas naturais brasileiras. Inserção que levou Machado de Assis a considerar *O Guarani*, em 1887, um romance “essencialmente nacional”, pois as descrições do texto ficcional proporcionariam, “salvo o colorido literário e os toques de imaginação”, levar o leitor à vida do interior do país no século XVII (ASSIS, 1994).

Portanto, diante da perspectiva de que o romance histórico deveria “fazer com que o leitor apreenda as razões sociais e humanas que fizeram com que homens daquele tempo e espaço pensassem, sentissem e agissem da forma como o fizeram” (WEINHARDT, 1994, p. 51), exsurge da ficção histórica seu caráter instrucional em conexão com a tradição iluminista da *historia magistra vitae*, “concepção clássica de história enquanto fornecedora de exemplos” (HARTOG, 2014, p. 102). O caráter educativo do romance histórico foi demarcado por vários

textos que circularam durante o século XIX sob prisma semelhante ao advogado pela historiografia, ao considerar que “um bom conhecimento da história, entendida como a experiência de outros povos, pode auxiliar neste processo de construir referências para a ação num mundo em transformação, marcado pela velocidade com que uma a uma as certezas do passado são postas em xeque” (GUIMARÃES, 2006, p. 80). Foi o que entendeu o crítico anônimo ao tratar de *As Mulheres de Mantilha*, de Joaquim Manoel de Macedo, ao atribuir ao romance histórico “um dos meios populares de difundir entre todos o conhecimento e a memória dos fatos nacionais” (PUBLICAÇÕES, 1871, p. 02).

Nesse sentido, o historiador Perry Anderson, ao analisar a trajetória do romance histórico, entendeu ser o subgênero um “produto do nacionalismo romântico” orientado a partir de “situações nacionais” específicas (ANDERSON, 2007, p. 208). Portanto, o romance se tornava um suporte privilegiado para intermediar o conhecimento sobre o passado e o leitor, especialmente no Brasil, que vivia um contexto cultural atrelado à formação do Estado-nacional. Por conseguinte, ao perscrutar a ficção histórica brasileira, não há como desvinculá-la do seu entrelaçamento com o discurso nacional, favorecendo interpretações históricas que solidificavam o passado colonial e as populações autóctones nas origens da nação.

### ***3 Um índio “inteiramente copiado das observações” de Gabriel Soares de Sousa***

Para escrever *O Guarani*, Alencar dialogou “com as informações e juízos elaborados” (ABREU, 2006, p. 228) em uma série de leituras<sup>5</sup> pautadas em viajantes, cronistas<sup>6</sup> e historiadores<sup>7</sup>, cujos textos foram indicados ao final do romance por meio de 74 notas explicativas. Segundo o romancista, elas foram acrescentadas para explicar “algumas cousas que muitos não conhecem, por serem especialíssimas ao interior do Brasil” (ALENCAR, 1857,

---

<sup>5</sup> Manuel Aires do Casal (*Topographia Brasilica* – 4 notas); Frei Veloso (*Flora Fluminensis* – 3 notas); Joseph Gumilla (*Orecnoco Ilustrado* – 1 nota); J. J. Lisboa (*Desc. Curiosa* – 1 nota); Lamartinière (*Diccionario Geographico* – 3 notas); Simão Vasconcellos (1 nota); Francisco Adolfo de Varnhagen (*História Geral do Brasil* – 3 notas); Alexander von Humboldt (2 notas); Saint-Hilaire (1 nota); Joaquim José Lisboa; Santa Rita Durão; Joseph François Xavier Sigaud, Gabriel Soares de Sousa; Balthazar da Silva Lisboa.

<sup>6</sup> Gabriel Soares de Sousa, cronista português que veio à Bahia por volta de 1570, tornou-se senhor de engenhos de açúcar e integrante da Câmara de Vereadores, foi citado em nove referências no romance *O Guarani*.

<sup>7</sup> O escritor com maior espaço no conjunto de notas de *O Guarani* foi o doutor em Leis Balthazar da Silva Lisboa (1761–1840), organizador dos sete volumes dos *Anais do Rio de Janeiro* (1834–1835). Mencionado em dez notas, Alencar recorreu ao primeiro volume dos *Anais* para descrever o fidalgo D. Antônio, “que serviu como era digno do seu nascimento, assim nas guerras, como nos negócios políticos e civis” (LISBOA, 1834, t. I, p. 328) no período setecentista, e escolher a região próxima ao rio Paqueta e o século XVII como recorte espacial e temporal da narrativa ficcional.

n. p.). O estudo das formas como Alencar se apropriou dessas narrativas remete à importância de relacionar os textos, independentemente de sua natureza, com a análise dos “gestos, hábitos e convenções que regulam” a apropriação da palavra escrita (CHARTIER, 2014, p. 42). No caso de Alencar, seu uso evidenciava as articulações entre História e Literatura na produção de uma retórica literária que legitimasse a nação, justificando a atenção direcionada aos textos que tinham por objeto o passado colonial e aspectos da flora e fauna brasileira<sup>8</sup>, a fim de “falar das cousas da nossa terra dos primeiros tempos da colonização, e de misturar algumas reminiscências aos costumes indígenas” (ALENCAR, 1857, n. p.).

Sob a predominância das questões indígenas e com o suporte de dicionários sobre a língua indígena, a narrativa ficcional representava “personagens baseados nos usos e costumes da época em que viveram: do contrário eles não seriam críveis” (GINZBURG, 2007, p. 82). Desde o século XVIII, o gênero romance estava atrelado ao realismo formal e preconizava a verossimilhança como questão base de sustentação da “correspondência entre a obra literária e a realidade que ela imita.” A referencialidade do romance era constituída a partir da caracterização e apresentação do ambiente, bem como a individualidade das personagens. Assim, pode ser considerado “um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações” (WATT, 1990, p. 13; 31). Na perspectiva de letrados europeus, esse subgênero de jaez híbrido colocava o leitor na intersecção de dois discursos e tem como marco a escrita ficcional de Walter Scott (1771–1832). Isso porque, segundo György Lukács, a partir de Scott, a matéria histórica do romance não pode ser considerada como mero pano de fundo, mas constitutiva do meio e do caráter das personagens, ou seja, “a particularidade dos homens ativos derivar[ia] da especificidade de seu tempo” (LUKÁCS, 2011, p. 33). Por isso, em 1856, Alexandre José de Mello Moraes considerava determinante ao ficcionista “apresentar as cousas, como estão na natureza” através da observação dos costumes e qualidades dos indivíduos ressaltados “as circunstâncias do tempo, e do lugar” observado (MORAES, 1856, p. 291).

---

<sup>8</sup> Durante o século XIX, o acesso a muitos destes documentos se deu por intermédio do esforço do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, desde sua criação, em 1838, tinha por objetivo “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil” (SOBRE..., 1839, t. I, p. 06). Neste sentido, a referência a escritores coloniais pelos romancistas não pode ser desvinculada do fato de “serem essas as fontes de consulta obrigatórias para quem quer que pretendesse escrever sobre o Brasil colonial” (SÜSSEKIND, 1990, p. 192).

Desse modo, na intersecção entre ficção e História, o romance histórico seria “o que mais pode servir ao povo, ensinando-lhe sob uma forma fácil e agradável as usanças, as virtudes e os erros das gerações idas, o que já acontece nos países em que a instrução popular dispõe de outros e mais numerosos meios de aplicação” (NOTICIÁRIO..., 1876, p. 02). A posição do romance histórico como intermediador dos conhecimentos históricos favoreceu a produção de comentários elogiosos aos romances, como o artigo a respeito de *O Garatuja* (1873), de José de Alencar. No referido texto, o comentador anônimo saudou a boa hora da publicação do romance a fim de “que o nosso povo conheça alguma cousa do seu passado”, pois, “é incrível que sejamos tão pouco sabedores das cousas pátrias, sendo tão grande cópia dos cronistas, que, em volumosos alfarrábios, arquivaram tantas memórias, tantos episódios do passado” (LITERATURA..., 1873, p. 02).

No uso do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, compilado pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen e editorado pela Tipografia Universal de Laemmert em 1851, a crônica era dividida em duas partes: a primeira dedicada ao Brasil de modo geral e a segunda à Bahia, trazendo “informações preciosas e perspicazes sobre a terra, a gente e a história das colônias portuguesas que brotavam na América” (MONTEIRO, 2003, p. 112). O romancista afirmou que o nativo de seu romance era “inteiramente copiado das observações que se encontram em todos os cronistas”, porém esclareceu que em alguns pontos preferiu seguir Soares de Sousa (ALENCAR, 1857, Primeira Parte, n. p.).

A relevância de Gabriel Soares no romance de Alencar estava vinculada à importância do *Tratado* aos estudos etnográficos e históricos no século XIX (CEZAR, 2000), sendo citado por Varnhagen em *História Geral do Brasil* (1854) e também por Gonçalves de Magalhães, que recorreu ao cronista para descrever costumes indígenas no poema *A Confederação dos Tamoios* (1856). Movimento inserido na produção de conhecimento a respeito da história do Brasil encabeçada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por meio da reunião de dados sobre as populações nativas que ocuparam e ocupam as diversas regiões do Império.

Os estudos etnográficos foram oficializados no IHGB em 1847, a partir da proposta de Manoel Ferreira Lagos, Manoel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Norberto de Souza e Silva. No entanto, os debates em torno da etnografia já distavam do início da década de 40, quando o próprio Varnhagen propôs ao Instituto a viabilização dos estudos etnográficos no afã de “conhecer bem o Brasil e a sua história”. Nesse sentido, o historiador propôs a criação de uma seção destinada às pesquisas etnográficas que deveria se ocupar de “tudo o mais tocante aos indígenas do Brasil” (VARNHAGEN, 1841, t. III, p. 62). Diante de tais debates e proposições,

em 16 de setembro de 1847, foi aprovada a criação da seção de etnografia e arqueologia no IHGB que procurava inserir o autóctone no mesmo plano de inteligibilidade do discurso histórico. Entendimento subsidiado pela compreensão de que, por intermédio da investigação das populações indígenas, “seria possível lançar luzes sobre um tempo remoto, onde esta terra estaria fixada de par com as antigas civilizações do mundo” (KODAMA, 2007, p. 167). Para tanto, as frentes de pesquisa privilegiaram a “busca pela especificidade histórica dessas populações” mediante a investigação das “suas origens, suas divisões, sua constituição, em que estado se encontravam quando da chegada dos portugueses” (TURIN, 2006, p. 90).

Nos estudos desenvolvidos no IHGB, Carl Friedrich Philipp von Martius, considerava necessário inserir as populações indígenas em um tempo histórico, indicando a língua como uma “identidade nativa”, além de propor o estudo de suas “ruínas” para a compreensão do passado nacional (CEZAR, 2003, p. 189; 196). Nesse contexto, o estudo da língua nativa foi um elemento que colaborou para inserir os nativos na retórica da “gênese da nação” no oitocentos, motivado pelo fato dos estudos do século XVI apontarem o tupi, ou língua geral, como principal idioma entre os nativos. Tal fato contribuiu para que o indígena fosse associado à dimensão territorial, pois a coincidência entre língua e terra ocupada atestaria os “limites naturais” do império (KODAMA, 2005, p. 34).

A relação entre nativos e a dimensão territorial foi importante para a definição dos povos indígenas protagonistas de *O Guarani*, possibilitando compreender a literatura como um “testemunho histórico” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 07) desse debate. No romance, destaca-se a figura de Peri, índio pertencente à nação Goitacá que, segundo o narrador, fazia parte “da grande raça Guarani” (ALENCAR, 1857, Terceira Parte, p. 54), situada entre o cabo de S. Thomé e Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Ao considerá-los Guaranis, Alencar referia-se aos grupos indígenas que ocupavam o litoral brasileiro, tinham como o tronco linguístico o Tupi-Guarani, aceitando a catequese e o aldeamento, além de pactuar com o colonizador (MONTEIRO, 2001). Esses aspectos foram agregados à narrativa ficcional de Alencar quando Peri, por discurso indireto, afirmou que os Guaranis seriam “um amigo e um aliado para D. Antônio” (ALENCAR, 1857, Terceira Parte, p. 54) diante do iminente ataque Aimoré. Diferenciando-se, portanto, dos Tapuiais, identificados como hostis, que recusavam a catequese e ocupavam regiões distantes do litoral, representados no romance pelos Aimorés. Contudo, embora os Goitacás ocupassem regiões da costa, essa etnia não era considerada Tupi, mas sim Tapuia, ou seja, compartilhavam outro tronco linguístico, o “Macro-Jê” (GASPAR et al., 2007, p. 171). Logo, ao designar os Goitacás como Guaranis, Alencar adaptava a narrativa e atribuía

a esse grupo uma imagem não compartilhada naquele contexto, que considerava os Tapuias como distantes da civilização.

Embora Alencar tenha esclarecido que preferira guiar-se por Gabriel Soares na caracterização do indígena, existem divergências em alguns pontos. No romance, o protagonista Peri foi descrito como um indivíduo perspicaz de “alta estatura, tinha as mãos delicadas; e a perna ágil e nervosa,” apoiando-se “sobre um pé pequeno, mas firme no andar e veloz na corrida”, com cabelos pretos, olhos grandes, dentes brancos (ALENCAR, 1857, Primeira Parte, p. 32–33). Entretanto, essas características foram resultado da apropriação de descrições de dois grupos indígenas, pois os pés pequenos, dentes alvos e cabelos pretos de Peri, são traços dos Tupi (VARNHAGEN, 1854, p. 110) e a velocidade na corrida é um elemento que Soares de Sousa destacou entre os Aimoré (1851, p. 59).

Em relação ao outro grupo narrado no romance, o povo Aimoré, Alencar dedicou dezesseis trechos. Ao tratar dele, o romancista não apontou o espaço geográfico ocupado, apenas afirmou que, “em virtude de guerras se entranhara pelos sertões”, fenômeno recorrente no período colonial com objetivo de manter a liberdade (ALENCAR, 1857, Primeira Parte, n. p.). O fato de não delimitar a extensão territorial ocupada pelos Aimorés indicava que Alencar intencionava reforçar a ideia de que os Aimorés não faziam parte do discurso de construção nacional. Em grande medida, isso se deve ao fato de os Aimoré pertencerem ao grupo Tapuia, caracterizados como “homens quase nus, de estatura gigantesca, de fisionomia feroz, cobertos de peles de animais e de penas amarelas e escarlates, armados de grossas clavas e arcos enormes” (ALENCAR, 1857, Terceira Parte, p. 85), além de horrendos e tidos “pelos outros bárbaros por mais que bárbaros” (VARNHAGEN, 1854, p. 242). Essas características estão presentes em *O Guarani* quando o narrador descreveu Peri atemorizado ante o iminente ataque Aimoré. Descrição próxima da voz lírica de *A Confederação dos Tamoios*, que caracterizou os Aimorés por meio de Sousa como “terríveis” e “ferozes” (MAGALHÃES, 1856, p. 33). Embora Alencar tenha criticado Magalhães a respeito da descrição do indígena quando da polêmica sobre o poema *A Confederação dos Tamoios* (1856), a atribuição dada aos Aimoré foi a mesma, fato que sugere o motivo da escolha dessa nação como antagonista em *O Guarani*.

Todavia, também algumas características atribuídas por Alencar aos Aimorés foram adaptadas. Certamente essa adaptação da crônica colonial estava ligada ao desconhecimento de maiores informações sobre os Aimorés, por serem “esquívos inimigos de todo o gênero humano”, como esclareceu Soares de Sousa (1851, p. 80). Afirmção que certamente motivou Alencar a apropriar-se de práticas de outras nações indígenas na caracterização do nativo

Aimoré, caso dos atributos “quase nus” e “cobertos de peles de animais”, que advêm de peculiaridades dos Tupi (VARNHAGEN, 1854, p. 112). Entretanto, nem todas as informações apresentadas estavam deslocadas, pois o porte de “arcos enormes” foi referenciado pelo cronista colonial, quando disse que os Aimorés “pelejam com arcos e flechas muito grandes, e são tamanhos flecheiros que não erram nunca tiro” (SOUSA, 1851, p. 58). E nessa perspectiva, o romancista caracterizou a forma de combate aimoré como “atraçoada” porque não lutam frente a frente, como mencionou o cronista Gabriel Soares (1851, p. 58). Em *O Guarani*, tal particularidade foi apresentada após a morte da jovem índia aimoré, quando dois nativos estão à espreita para flechar Cecília, sem sucesso por conta da intervenção de Peri. No entanto, o romancista vai além daquilo afirmado no *Tratado*, ao narrar a luta corporal entre Aimorés e portugueses (ALENCAR, 1857, Quarta Parte, p. 69–77), motivado pela missão de resgatar Peri do ritual antropofágico Aimoré.

Para Gabriel Soares, o povo Aimoré tomava a “carne humana por mantimento, o que não tem o outro gentio que a não come senão por vingança de suas brigas e antiguidade de seus ódios” (1851, p. 59), perspectiva desconstruída por Alencar nas notas ao seu romance *Ubirajara* (1874).<sup>9</sup> Em *O Guarani*, o ritual foi deflagrado quando Peri ingeriu um veneno e se entregou aos Aimorés com o objetivo de mobilizar a “feroz tribo” a se alimentar de sua carne, envenenando o povo que ameaçava a família Mariz. O primeiro momento da ritualística consistia em amarrar “os punhos do prisioneiro” e o conduzir até uma árvore, onde era preso com uma corda de algodão chamada muçurana (ALENCAR, 1857, Terceira Parte, p. 150), cenário baseado na descrição do ritual antropofágico dos Tupinambá feito por Soares de Sousa (1851, p. 326).

A mobilização dos Tupinambá para a descrição dos Goitacazes e Aimorés não pode ser considerada sob o crivo do erro ou da falsificação dos caracteres nativos. Essa opção narrativa está relacionada aos poucos registros dessas etnias nos livros de escritores coloniais e historiadores. Os Goitacás, nação de Peri, receberam apenas um capítulo em Soares de Sousa, intitulado “Em que se diz quem são os ‘Guaytacazes’, sua vida e costumes”, apresentando mui genericamente os hábitos de caça e guerra e sua ocupação geográfica. Com isso, o cronista

---

<sup>9</sup> Em seu último romance indianista, *Ubirajara* (1874), José de Alencar produziu um extenso paratexto formado por sessenta e seis notas, caracterizado por um olhar etnográfico dividido em quatro eixos: antropofagia, religião, moralidade conjugal e organização político-social. Quanto à antropofagia, Alencar dedicou as cinco páginas da nota “O suplício” para explicar a ritualística e desmobilizar a visão compartilhada por Gabriel Soares de Sousa, que entendia a prática como forma de alimentação. Para uma leitura mais detida do romance *Ubirajara* e de seu paratexto ver LENZ, 2022.

justificou a necessidade de um olhar atento aos Tupinambá: “Tem esse gentio muita parte dos costumes dos *Tupinambás*” (SOUSA, 1851, p. 77–78), etnia Tupi.

A partir da citação de Soares de Sousa é plausível afirmar que o uso dos Tupinambá na caracterização de outras etnias se deu em virtude da semelhança de costumes. Argumento reforçado também por Gonçalves Dias que, por intermédio do mesmo cronista, anotou compartilharem os Potiguar e os Tupiniquim das mesmas práticas dos Tupinambá (DIAS, 1867, p. 32; 36). Portanto, a utilização das descrições dos Tupinambá por Alencar dizia respeito ao fato dos escritores terem percebido certa homogeneidade entre os costumes Tupinambá e demais etnias, uma vez que o próprio cronista registrou serem a língua e costumes Tupinambá “quase o geral de todo o gentio da costa do Brasil” (SOUSA, 1851, p. 31). Essa percepção se estendeu ao século XIX, a exemplo do *Dicionário Geográfico, histórico e descritivo, do Império do Brasil* (1845), de J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, que repetiu o mesmo argumento do cronista colonial no verbete “Bahia”, ao lembrar que “diversas tribos” compartilhavam da mesma língua e de costumes dos Tupinambá (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 20).

Portanto, as descrições dos Tupinambá se tornaram paradigmáticas na sua relação com outras etnias, uma vez que era “uma das nações mais dilatadas da costa” (DIAS, 1867, p. 34) e que, por consequência, foram a população nativa que manteve os primeiros contatos com o estrangeiro e sobre quem os olhares invasores redigiram com maior fôlego. Foi a partir dos Tupinambá que o romance narrou a prática de direcionar à vítima do ritual antropofágico uma mulher para lhe “servir em suas necessidades” (SOUSA, 1851, p. 334). Isso aconteceu com Peri, que recebeu uma jovem Aimoré para lhe acompanhar em seus últimos momentos, embora o índio negasse qualquer aproximação por sua adoração à Cecília e a missão de salvar os Mariz. Caso aceitasse, Peri poderia constituir uma família com a jovem índia até o dia do sacrifício, sendo apenas impedido a ela afeiçoar-se ao prisioneiro, como registrou Sousa ao afirmar que entre os Tupinambá “há algumas, que tomaram tamanho amor aos cativos” que viabilizavam a fuga da vítima (SOUSA, 1851, p. 335). Essa informação foi apropriada por Alencar na construção da cena em que Peri recebeu da jovem Aimoré a oportunidade de fugir, que foi recusada por ele.

Com os preparativos do ritual prontos, Peri foi conduzido ao campo onde se realizaria o sacrifício. Ali, prenderam-no entre duas árvores, como faziam os Tupinambá, que colocavam o prisioneiro “entre dois mourões, que estão metidos no chão, afastados um do outro vinte palmos, pouco mais ou menos, os quais estão furados, e por cada furo metem as pontas das cordas com que o contrário vem preso” (SOUSA, 1851, p. 326), onde permaneceria imobilizado

até receber o golpe fatal em sua cabeça. Cena inviabilizada pela intervenção de Álvaro e outros aventureiros, ação de heroísmo e aventura comum à literatura romântica, carregada de “episódios melodramáticos” que contribuíram, segundo Antonio Candido, para atrair leitores ao texto alencariano (2002, p. 56–57).

A atitude de valentia e heroísmo demonstrada por Peri no romance contribuiu para que o indígena fosse considerado por D. Antônio “um cavalheiro português no corpo de um selvagem” (ALENCAR, 1857, Primeira Parte, p. 75), posição que sugere a submissão nativa ao colonizador e, ao mesmo tempo, legitimava a imagem do índio como símbolo do passado nacional pela proximidade com o português, ou seja, com o modelo civilizador europeu. Portanto, ao ressaltar a prática da antropofagia, Alencar deixava evidente a impossibilidade de romantizar os Aimoré e atribuir-lhes alguma característica próxima da civilidade, como fez com os Goitacás, porque tal costume “prejudicou a reputação dos indígenas e acentuou o estranhamento com o Novo Mundo”, levando diversos viajantes a perscrutar essa prática (AGUIAR; RODRIGUES; SILVA, 2013, p. 27). Além disso, essas cenas sugerem a idealização das relações entre indígenas e portugueses no período colonial, contribuindo para a ideia de que a ascendência brasileira “é da melhor estirpe: juntam-se para formar o homem brasileiro o ‘melhor’ português e o ‘melhor’ índio” (BASTOS, 2012, p. 60).

Portanto, as intervenções de Alencar na descrição dos grupos indígenas e a passagem de “acontecimentos e personagens históricos para o domínio da ficção” (CHARTIER, 2014, p. 60) contribuíram com a formulação da literatura nacional pela via da mitificação dos nativos, que acompanhava a produção do conhecimento etnográfico no IHGB. Desse modo, o interesse demonstrado por autores românticos pelos costumes e práticas indígenas e pelo passado colonial tinha como propósito elaborar “uma identidade para o país onde a legitimação da supremacia luso-brasileira é dada ora pela idealização romântica da dominação, ora pela sua ‘natural’ superioridade” (PESAVENTO, 1998, p. 26) em comparação com os índios. Fato evidente na maneira como Alencar caracterizou Peri, que foi tido como submisso e fiel ao português, diferente dos Aimorés, nativos do interior do Brasil que, segundo os cronistas e os debates oitocentistas, recusavam o aldeamento e a aproximação com a “civilidade” de matriz europeia, circunstância que impedia sua inclusão em um passado mítico brasileiro.

#### 4 Conclusão

Durante grande parte do século XIX brasileiro, os debates políticos e culturais voltaram-se para a configuração e legitimação da nação, na tentativa de desvincular simbolicamente o Brasil de Portugal. O discurso histórico e literário, pautado no Romantismo, pressupôs a valorização de aspectos nacionais como a paisagem nacional e o indígena. Essa escolha se deve a possibilidade de remontar o passado nacional ao nativo, tornando-o um símbolo de brasilidade. Para tanto, as discussões historiográficas, etnográficas e literárias concentraram-se no estudo da língua e dos costumes nativos, com atenção especial aos Tupi, em decorrência da aproximação deles com o colonizador. Diferente do que acontecia com o nativo do interior, adjetivado como selvagem e bárbaro e, portanto, distante de figurar na origem mítica do Brasil.

A diferença entre Tupi e indígenas do interior era evidente nos enredos ficcionais conectados ao projeto de consolidação da nação. Em *O Guarani*, o protagonismo indígena coube a Peri, índio Goitacá cujas descrições o colocaram em proximidade com a “civilidade”, pois vinculou-se ao colonizador português. Isso se deve porque o romance considerava os Goitacá como Tupi e, portanto, passíveis de civilizarem-se, argumento apoiado nos estudos etnográficos de von Martius e do poeta Gonçalves Dias. Tal perspectiva era antagônica em relação às descrições dos Aimoré, tidos como cruéis, vingativos e distantes da civilização, como sugeriram o narrador do romance e o cronista Gabriel Soares de Sousa.

Para aproximar o texto literário da realidade colonial passada, José de Alencar estava pautado nos relatos de cronistas e viajantes. Foi sob o intenso diálogo com documentos históricos e etnográficos que se desenvolveu o romance histórico, gesto que conferia o status verossímil à narrativa e sua posição de gênero popular para a circulação do conhecimento histórico, como apontado pelos registros de leitores na imprensa oitocentista. No *Guarani*, Alencar construiu uma narrativa que se passava no século XVII e que mesclava a paisagem e o nativo. Como suporte para caracterizar o indígena, Alencar recorreu ao cronista Gabriel Soares de Sousa, a quem creditava descrições verossímeis do indígena em virtude de sua passagem pela Bahia no século XVI.

O escrutínio da operação de apropriação da crônica e sua mobilização para a caracterização do indígena no romance alencariano demonstra que ambas as etnias figuradas foram descritas majoritariamente sob traços de distintos povos indígenas, especialmente os Tupinambá, etnia Tupi. Isso se deu pelos reduzidos registros da crônica sobre os Goitacá e os Aimoré, como mencionado pelo próprio escritor colonial. No entanto, este procedimento não

pode ser compreendido a partir do erro descritivo ou mesmo pelo anacronismo, uma vez que tanto Gabriel Soares de Sousa quanto o poeta e pesquisador etnográfico Gonçalves Dias localizaram semelhanças entre os costumes Tupinambá e outras etnias. Essa peculiaridade aproximou ainda mais *O Guarani* do gesto etnográfico oitocentista, pois o romancista procurou enfatizar as práticas indígenas e integrá-las no tempo histórico reconhecido como marco do passado colonial brasileiro. Portanto, o modo de figurar personagens e cenários contribuía para a constituição de imaginários históricos com propósitos políticos como prescritos pelo viés romântico e inscrever uma cultura escrita pautada na elaboração de uma retórica nacional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar no Novo Mundo. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 227–255.

AGUIAR, José Otávio; RODRIGUES, André Figueiredo; DA SILVA, Wilton Carlos Lima. *Literaturas de viagem: fauna, flora e etnografia brasileira*. São Paulo: Humanitas, 2013.

ALENCAR, José de. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. T. 1. p. V–XIX.

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857.

ALENCAR, José de. Recibo passado ao editor B. L. Garnier pela importância paga sobre os direitos autorais das obras Guarani, Lucíola, Cinco Minutos e Viuvinha. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1870. 1f. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss\\_I\\_07\\_09\\_002/mss\\_I\\_07\\_09\\_002.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss_I_07_09_002/mss_I_07_09_002.pdf). Acesso em: 06 nov. 2015.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 77, p. 205–220, mar. 2007.

ASSIS, Machado de. José de Alencar: O Guarani. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3. Disponível em: [http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/85\\_db3acecf34e1fdb1df8a3effc98ec85e](http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/85_db3acecf34e1fdb1df8a3effc98ec85e). Acesso em 08 jun. 2022.

BASTOS, Alcmeno. Alencar e o índio do seu tempo. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 49–63, jul./dez. 2012.

BEZERRA, Valéria Cristina. A presença das obras de José de Alencar na França (1863-1907). *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 41, n. 01, 2019.

CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH, 2002.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 173–208.

CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000.

CHAGAS, Manoel Pinheiro. José de Alencar. In: CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Novos Ensaios Críticos*. Porto: Em Casa da Viúva Moré, 1867.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 07–13.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. A mobilidade dos textos, o livro como metáfora e o universo digital. [Entrevista cedida a] André Furtado e Anna Coelho. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 38, n. 76, p. 311–324, jan./abr. 2022.

CHARTIER, Roger. Literatura e cultura escrita: permanências das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras. In: CHARTIER, Roger; MAGALHÃES, Justino; RODRIGUES, José Damião (org.). *Escritas e cultura na Europa e no Atlântico modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2020. p. 19–40.

*DIÁRIO do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1870. p. 04.

DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, p. 05–192; 257–396, 1867.

ENDERS, Armelle. *Vultos da Nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FERREIRA, Cristina; LENZ, Thiago. Duas narrativas para o lugar dos indígenas nas origens da nação: a história ficcional de Magalhães e Alencar. *Almanack*, Guarulhos, n. 23, p. 202–238, dez. 2019.

FILHO, Luís Viana. *A vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

GASPAR, Maria Dulce; BUARQUE, Angela; CORDEIRO, Jeanne; ESCÓRCIO, Eliana. Tratamento dos Mortos entre os Sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 17, p. 169–189, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 425–465.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 68–85.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

JUNIOR, L. Guimarães. *Revista do Domingo. Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 04 dez. 1870. p. 1.

KODAMA, Kaori. A etnografia como um novo campo de saber na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 168 (437), pp. 155–181, out./dez. 2007.

KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LENZ, Thiago. *Um etnógrafo de gabinete: a ficcionalização do indígena em Ubirajara (1874)*, de José de Alencar. 2022. 175f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *Brasil Império, volume 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 467–497.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Const. de Seignot-Plancher e C<sup>a</sup>, t. 1, 1834.

LITERATURA. *Revista bibliográfica. A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 08 mai. 1873, p. 02.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dois de Dezembro de Paula Brito, 1856.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, p. 131–159, 1836.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 6, n. 24, p. 381–403, (1844) 1973.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Livre docência na área de etnologia, subárea história indígena e do indigenismo) – Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista de História*, São Paulo, v. 149, n. 2, p 109–137, 2003.

MORAES, Alexandre José de Mello. *Elementos de Literatura*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana de José Soares de Pinho, 1856.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53–72, 2010.

NOTICIARIO. Gabriella. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1876, p. 02.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Contribuição da História e da Literatura para a construção do cidadão: A Abordagem da Identidade Nacional. In: LEENHARDT, Jacques; PESEVANTO, Sandra Jatahy (org.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. p. 17–40.

PUBLICAÇÕES. As mulheres de mantilha. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1871, p. 02.

ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888. Tomo II.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*. Paris: Em Casa de J. P. Aillaud, Editor, 1845.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. *In: I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL*, 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEMANA, Dr. Pontos e vírgulas. *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 8, nº 389, 1868. pp. 3107.

SOBRE a Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 1, 1839.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tip. Universal de Laemmert, 1851.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Affonso de. *Reminiscências*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

TURIN, Rodrigo. A “Obscura História” Indígena. O Discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870). *In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 86–113.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Em Casa de E. e H. Laemmert, 1854. Vol. I.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Relatório. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. III, p. 62–63, 1841.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. *Letras*, Curitiba, n. 43, p. 49–59, 1994.

Artigo submetido em: 20 jun. 2022

Aceito para publicação em: 09 out. 2022

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.125337>